

EXISTÊNCIA E INEXISTÊNCIA, UMA REPRESENTAÇÃO LINGUÍSTICA

Helena Topa Valentim

Ao falar de *existência* e do que lhe seja correlativo, a *inexistência*, poderei expor-me a mal-entendidos.

Ainda que o faça declaradamente sob um ponto de vista linguístico, diria mesmo poder tratar-se de uma exposição desarmada, não fizesse parte do objectivo central desta comunicação proceder a uma definição destes mesmos conceitos – existência e inexistência – no interior de um quadro teórico muito bem definido: a Teoria de Operações Enunciativas de Antoine Culioli.

Esta teoria formal enunciativa apresenta-se como um paradigma descritivo e explicativo próprio. É uma teoria geral das operações que constituem o mecanismo da construção de representação em linguística.

Antes de mais, a definição da perspectiva que orienta esta proposta de análise linguística exige uma clara demarcação de qualquer perspectiva lógico-filosófica. O conceito de existência veio a adquirir uma importância central num conjunto alargado de reflexões provenientes de horizontes filosóficos e lógicos muito distintos. A abordagem linguística de um problema que comumente se associa a diversas disciplinas filosóficas exige, pois, uma referência aos discursos sobre a existência que, na sua multiplicidade extrema, oscilam permanentemente entre as acepções ontológico-existencialista e lógico-formal deste termo.

O Conceito de Representação

Sendo um termo de natureza eminentemente conceptual, impor-se-ia que se recuperasse a história do conceito, dando, por exemplo, relevo aos debates em que se tornam mais evidentes as complexidades e contradições existentes entre os diversos filósofos. Proponho-me, no entanto, restringir esta comunicação a considerações estritamente linguísticas – não por indiferença em relação aos problemas de ontogénese, mas por prudência.

Nesta linha, não deixa de ser digno de referência o facto de, ao longo da história da filosofia, o conceito de existência se ter visto investido de uma substância linguística, particularmente no âmbito da lógica. É possível reconhecer algumas tendências que se esboçam no domínio da lógica filosófica e que possibilitaram a introdução do termo existência no domínio dos estudos da linguagem.

Desde logo, com Wittgenstein, a ideia de uma relatividade da relação entre a ontologia e as formas lógico-gramaticais revela-se fecunda no sentido de abrir caminho para que, mais tarde, já num plano estritamente linguístico, se conceba uma teoria da referência linguística, distinta das teorias lógico-filosóficas da referência. De igual modo, ainda que no espectro amplo da filosofia analítica não tenham surgido muitas teorias da existência comparáveis à de Russell – pelo papel central que a análise da existência ocupa, de forma explícita, neste autor –, é certo que aquilo a que cabe chamar "questão da existência" esteve presente num número muito considerável de estudos lógicos e filosóficos. É o caso das investigações da filosofia anglo-saxónica da linguagem.

No entanto, ainda que coloquem questões com alguns contornos linguísticos, todas estas investigações lógico-gramaticais visam a interpretação de proposições ontológicas. Para abreviar e sintetizando, digamos que são dois os tópicos de discussão que, interligados, correspondem ao que enunciámos, isto é, à abertura do conceito de existência a um campo de investigação de que a linguística participa: a problemática da referência e, na senda da teoria das descrições de Russell, a distinção filosófica entre função existencial e função predicativa.

As teorias cognitivas da referência ou teorias fregeanas da referência são, assim, exemplos das várias teorias lógico-filosóficas da referência segundo as quais a actividade da referenciação corresponde à designação de um referente exterior e à construção de valores de verdade e falsidade sobre um acontecimento fenomenológico.

Existência e Inexistência, uma Representação Linguística

Estes dois aspectos da investigação lógica – a problemática da referência e a distinção entre predicação e existência – abrem um campo de investigação de que a linguística participa. Do lado lógico-filosófico, estas questões confirmam, no que diz respeito ao ser das entidades implicadas, o primado ontológico e, no campo do estudo linguístico, increvem-se no seio de um aparato teórico que serve fins unicamente descritivos, desvinculados, portanto, de qualquer compromisso ontológico.

A definição do conceito de existência no interior de um quadro linguístico diverge de qualquer um dos desenvolvimentos lógico-filosóficos deste termo, exactamente e em primeiro lugar, no que diz respeito à implicação de um pressuposto ontológico. Linguisticamente, fala-se de existência consoante se revele a presença de uma implicação relativa à existência de um *referente linguístico particular* no *universo do discurso*. O conceito de existência diz respeito ao universo de discurso e não à realidade ontológica – aliás, de modo a permitir a existência ficcionada tal como a existência real.

As suas construção e estabilização acontecem no campo discursivo e em nada são devedoras à realidade ou a um estado de coisas entendido ontologicamente. A existência não incide sobre um objecto, sobre um referente extra-linguístico; incide sim sobre um *universo de referência*. Isto é, a existência linguística corresponde a um *valor referencial*, trata-se do estabelecimento de um referente no discurso.

É nomeadamente a partir de uma concepção de linguagem como actividade que visa a construção de *significação* e que permite a construção de *representação*, que se pretende dar conta da existência como acontecimento linguístico, como estabelecimento de um referente no discurso. Nesta perspectiva global do funcionamento da linguagem, a significação não é considerada como um dado. É, isso sim, considerada como o resultado, a finalidade visada pela actividade da linguagem. A significação resulta da linguagem enquanto actividade; resulta de uma construção, isto é, de uma série de operações de natureza diferente cujo encadeamento conflui na formação do *enunciado*, sendo o enunciado, por excelência, o "lugar" do acontecimento linguístico.

Visando a construção de significação, a linguagem pode ser definida como uma actividade tripla: actividade de representação, actividade de referenciação e actividade de regulação – três aspectos diferenciáveis apenas sob o ponto de vista teórico.

O Conceito de Representação

A linguagem – actividade de representação compreende uma sequência de operações que se desenvolvem a diferentes níveis. Como actividade representativa, a linguagem é, portanto, um processo dinâmico de construção de formas. Não corresponde à construção de um referente exterior ou à construção de valores de verdade / falsidade. Corresponde ao que está na origem da significação: as representações cognitivas e afectivas de cada indivíduo.

A construção de significação começa, pois, por ser representação, ou seja, o estabelecimento de um conteúdo de pensamento, ainda indeterminado. Situamo-nos ao nível do que se designará como *noção*. A noção consiste num sistema complexo de representação que estrutura propriedades físico-culturais de ordem cognitiva e afectiva. Enquanto representação cognitiva e afectiva, corresponde a um primeiro nível de interpretação, formado em cada indivíduo através da sua experiência com o mundo: pelo contacto directo e indirecto que vai tendo com ocorrências fenomenais de um objecto ou de um estado de coisas, o indivíduo constrói uma representação cognitiva e afectiva que é a sua noção desse objecto / estado de coisas.

A noção é, pois, um conceito primitivo, na base da construção / reconstrução da significação do enunciado produzido / reconhecido. É definível apenas qualitativamente, ou seja, é pré-lexical e pré-enunciativa, apenas definível em intensão, não extensionalmente, portanto. Referimo-nos à noção lexical, mas esta pode ser ainda de natureza gramatical ou de natureza mais complexa.

A noção representa um predicável, encontra-se ainda por ser atribuída a um objecto e a um estado de coisas construído linguisticamente. Com valor puramente qualitativo, não é quantificável: apresenta-se como um compacto indivisível; é representável como um "predicado insecável" (Culioli, 1983: 25) (por exemplo, /ser homem/, /ser alto/, /caminhar/). Sem materialidade acessível, a noção é, assim, estruturada por uma *classe de ocorrências abstractas* que permite torná-la potencialmente quantificável e, portanto, acessível. A estruturação da noção passa necessariamente pela construção de ocorrências, ocorrências estas abstractas, que equivalem a uma espécie de "exemplares da noção". Por ser uma representação, esta classe de ocorrências abstractas apresenta já a positividade que fazemos corresponder à existência.

Por via desta classe de ocorrências, opera-se, pois, a *fragmentação* de uma noção e obtém-se um "agregado de ocorrências possíveis, indiscerníveis qualitativamente e, portanto, estritamente equivalen-

tes". A fragmentação corresponderá, pois, à passagem do "qualitativo estrito ao qualitativo quantificável" (Culioli, 1992: 4).

Observemos o seguinte enunciado do português:

1) *está / há um homem no jardim*

O grupo nominal *um homem* corresponde a uma ocorrência linguística extraída da noção /homem/, da classe de ocorrências abstractas que estruturam a noção /homem/. (*Estar* ou *haver*, neste caso, equivalem-se, não sendo, por isso objecto de atenção especial.)

Este enunciado introduz, portanto, uma ocorrência da noção lexical /homem/ e pode glosar-se da seguinte maneira: "dado o espaço *jardim*, põe-se em relação com este espaço um objecto *homem*, dando-se, no quadro desta relação, a construção de *homem*, enquanto *jardim* é um pré-construído, ou seja, construído independentemente desta relação". Diremos que se constrói linguisticamente a existência de *um homem*, enquanto que *o jardim* corresponde a um pré-construído existencial. Temos a introdução de um termo num espaço previamente dado.

O artigo indefinido é um marcador evidente desta operação de **construção de existência**: marca linguisticamente a **extracção** de uma ocorrência qualquer (*um homem*) da classe de ocorrências abstractas associadas à noção /homem/. Esta extracção de uma ocorrência da noção é uma forma de contingência, é uma operação fundamental de construção de existência. Permite a passagem do estatuto de representação virtual ao estatuto de representação validada, porque provida de valor referencial, permite a construção da existência linguística

Ou seja, a construção de existência linguística consiste em percorrer a classe das ocorrências da noção, validando uma ocorrência ao distingui-la, ao extraí-la de entre as mesmas ocorrências de natureza cognitiva e virtual. A existência linguística opera-se nesta passagem à materialidade e, ao mesmo tempo a um **sistema de referência**; é a "singularização de uma ocorrência", pelo desenho dos seus contornos subjectivo e espácio-temporal (referenciais). Uma ocorrência associa necessariamente à qualidade inicial, a "delimitação de um quantum espacio-temporal por parte de um sujeito" (Culioli, 1992: 4).

Esta operação metalinguística de extracção "traz à existência discursiva uma ocorrência individuada que não tem outra característica distintiva senão o facto de ter sido singularizada / isolada" (ibidem).

O Conceito de Representação

Estamos, pois, perante construção de existência entendida como a passagem de *coisa alguma* a *alguma coisa*, de *nada* a *algo*.

Vejamos o enunciado seguinte, em que o determinante é um artigo definido:

2) o homem está no jardim

A ocorrência da mesma noção lexical /homem/ corresponde a um pré-construído. O termo *o homem* é construído independentemente da relação que estabelece com o termo *o jardim*. Ambos os termos são construídos um independentemente do outro. Para esta descrição, é naturalmente pertinente o carácter definido do artigo. A construção definida *o homem* corresponde à existência pré-construída de uma identidade referencial comum ao enunciador e ao seu co-enunciador (não corresponde portanto, à construção de uma nova ocorrência, à construção da existência).

O artigo definido marca a **especificação**, isto é, a estabilidade existencial de uma ocorrência da noção cuja validação é exterior ao enunciado em curso. As expressões definidas contêm em si mesmas – isto é, exibem – a existência pré-construída de uma ocorrência. Temos, pois, ***pré-construção existencial***.

A existência linguística, enquanto facto enunciativo, decorre de um processo dinâmico de operações: decorre da construção de representação (da construção de objectos linguisticamente localizáveis) e da construção de referência (da construção de um sistema complexo intersubjectivo relativamente ao qual se localizam as representações). O estatuto de existência prende-se com a construção e a estabilização de ocorrências linguísticas definidas através de uma cadeia dinâmica de operações (a que se chama ***individação***) em que se opera a passagem da noção à ocorrência linguística; da noção à existência construída e estabilizada linguisticamente.

De igual modo, o tratamento do fenómeno linguístico de construção e estabilização de existência, por se prender directamente com o plano de interpretação referencial, traduz-se num estudo das categorias da língua associadas à referência – nomeadamente (e entre outras) as categorias de indefinido e definido que, como nos é dado observar, desempenham um papel fundamental na construção de referência e, naturalmente, na predicação de existência. Enquanto formas marcado-

Existência e Inexistência, uma Representação Linguística

ras de operações, fornecem a "história de uma construção"; são marcas de superfície a partir das quais se podem calcular as operações, isto é, as relações operadas.

Será ainda de observar que há uma relação, que diríamos necessária, entre *especificidade* e existência linguística. A existência linguística corresponde a uma interpretação específica da referência e jamais a uma interpretação genérica.

Consideremos os enunciados genéricos que constroem um acontecimento múltiplo:

3) *um homem não chora*

4) *o homem é mortal*

Não se associa construção ou pré-construção existencial a um acontecimento múltiplo como os que estão construídos nestes enunciados. A existência linguística associa-se, de forma estrita, à construção de um acontecimento linguístico único, singular. Aliás, só a interpretação específica de um enunciado implica sempre o estabelecimento de um referente linguístico, seja por via da sua introdução (construção existencial), seja por via da sua re-identificação / especificação (pré-construção existencial).

Uma outra observação com interesse é a da analogia natural que há entre a existência e o *número*. É Frege quem diz que "afirmar a existência não é senão negar o número zero" (Frege, 1884, 1969, 180). Existência e número não são, porém, noções que se confundam. Existe entre elas uma diferença tão ténue quanto radical, diferença essa mais fácil de estabelecer que de descrever.

Para estabelecer esta diferença, bastariam alguns factos bastante claros. São exactamente os comportamentos respectivos do numeral e do artigo quantificador existencial com a negação – o que nos permitirá, igualmente, descrever a forma como linguisticamente se representa a inexistência:

5) *não está / há um homem no jardim*

Um tem uma interpretação que diríamos "numérica". Significa o que parafrasearíamos por "nem um único". Isto é, marca o *percurso*

O Conceito de Representação

sobre a classe de ocorrências abstractas da noção /homem/ para, extraíndo uma ocorrência única e indeterminada, a negar a partir da construção de uma ruptura quantitativa. Esta ruptura quantitativa opera-se pela negação da existência mínima (isto é, *um*). A negação da existência mínima pode, pois, ser um meio de construir linguisticamente a inexistência.

Outro meio de construir a inexistência está patente no enunciado que se segue:

6) não está / há nenhum homem no jardim

Nenhum marca uma operação de percurso por todas as ocorrências da classe abstracta da noção, para, negando-as, construir a sua inexistência, isto é, a ausência de qualquer ocorrência da noção. Correspondendo *nenhum* a *nem um*, estamos perante a mesma operação em ambos os enunciados – operação de percurso.

Esta exposição – clara e assumidamente teórica – alicerçada numa descrição de factos da expressão linguística, aponta a **enunciação**, enquanto processo interno à língua, como aquilo que permite a construção de mundos possíveis num contexto intersubjectivo e promove à existência efectiva (existência linguística) entidades e formas estruturais de alcance fundamental na economia global da língua e do seu funcionamento discursivo.

Existência como inexistência são acontecimentos linguísticos. Ocorrem no contexto de significação que é o enunciado. Sendo o enunciado onde, por excelência, se constrói significação (universo de referência), é o enunciado também, enquanto contexto de localização de todas as representações, o "lugar" da construção da existência como da inexistência. É no enunciado que a existência se constrói enquanto grau mínimo da referencialidade, ou seja, enquanto condição mínima para que haja referência.

A existência, linguisticamente entendida – e, muito em particular, neste ponto de vista teórico –, é a prova de que – como afirma Lacan nos seus *Écrits* – "tudo só tem sentido se for, não somente pensado, representado, mas também enunciado".

E, para finalizar, gostaria de dizer o meu reconhecimento da beleza – não o sei dizer de outra maneira! – de que se reveste mais um

itinerário de busca, mais um itinerário de descrição e de explicação, desta feita formalizante, mas sempre – estou em crer – no encalce de..., a pôr fé nas representações de tudo o que nos chega e que são também as representações de tudo o que de nós parte.

Bibliografia

- CAMPOS, M. H. C. (1992) – "Approche transcatégorielle et opérations énonciatives" in *Actes du XX Congrès International de Linguistique et Philologie Romanes*, Zurique, Tome I, Section I, 137-148.
- CULIOLI, A. (1983) – "A propos de *quelque*" in S. Fisher & J. – J. Franckel (eds.), *Linguistique, énonciation. Aspects et détermination*, Paris, École des Hautes Études en Sciences Sociales, 21-29.
- (1990) – *Pour une linguistique de l'énonciation*. Paris, Ophrys.
- (1992) – "Un si gentil jeune homme! et autres énoncés", *L'Information Grammaticale* 55, Paris, 3-7.
- FREGE, G. [1884] (1969) – *Les fondements de l'arithmétique*, C. Imbert (trad.), Paris, Éditions du Seuil.
- PAILLARD, D. (1991) – "Repérage: construction et spécification" in *La Théorie d'Antoine Culioli*, Paris, Ophrys, 75-88.
- VALENTIM, H. T. (1995) – *Predicação de Existência e Operações Enunciativas*, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (U.N.L.), dissertação de mestrado não publicada.